

A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS POR MULHERES NEGRAS POR MEIO DO HIP HOP: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Ana Carolina dos Santos Marques

orcid.org/0000-0002-1027-1109
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: anaaa0@hotmail.com

Ricardo Lopes Fonseca

orcid.org/0000-0002-2077-2476
Universidade Estadual de Londrina (UEL)
E-mail: ricardolopesfonseca@hotmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7286

Resumo

O racismo evidencia-se como maléfico para a população negra e quando combinado com gênero resulta nas mulheres negras que têm suas vidas condicionadas por estes fatores – raça e gênero –, construindo o espaço geográfico e estabelecendo territórios de forma diferenciada do restante dos grupos sociais. Neste sentido, o presente ensaio teórico objetiva explicar a respeito das potencialidades que a Geografia possui na investigação da realidade vivenciada pelas mulheres negras, para tanto, utiliza-se a categoria Território como norteadora do estudo e a cultura Hip Hop – especificamente o elemento rap – como forma de observar e analisar a materialização das mulheres negras no espaço geográfico. Deste modo, o tema da pesquisa são as mulheres negras, relacionando-as ao racismo, ao gênero, ao território e ao Hip Hop. O Hip Hop é uma cultura com grande potencial para a luta dessas mulheres negras por equidade e elas precisam explorá-lo a fim de afirmar sua identidade, denunciar as situações vivenciadas e reivindicar suas pautas, além disso, as Geografias Feministas e de Gênero possuem inúmeras contribuições no entendimento das espacialidades das mulheres negras. Por meio desta pesquisa, espera-se contribuir para o aumento das discussões relacionadas ao racismo e ao gênero interligados, para o fomento de outras pesquisas que investiguem essa temática na ciência geográfica e para maior visibilidade ao Hip Hop e às mulheres negras inseridas nessa realidade.

Palavras-chave: Racismo; Gênero; Mulheres Negras; Território; Hip Hop.

THE CONSTRUCTION OF TERRITORIES BY BLACK WOMEN BY MEANS OF HIP HOP: THEORICAL APROXIMATIONS

Abstract

The phenomenon of racism is malefic to the black population and when it comes with gender, results in black women having their lives conditioned by these factors – race and gender –, building the geographical space and establishing territories in different ways than the rest of social groups. In this sense, the present theoretical essay objectifies to explain about the potentialities that Geography possess on investigating the experienced reality by black women, therefore, the category of Territory is used as guiding to the Hip Hop culture study - rap element specifically - as a way to observe and analyze the materialization of black women in geographical space. Thus, the theme of the present research it's the black women, relating them to racism, gender, territory

and Hip Hop. The Hip Hop is a culture with big potential of fight for these black women for equity and they need to explore it more in the way of affirm their identity, report the experienced situations and claim their guidelines, besides that, the Feminist and Gender Geographies own numberless contributions in understanding the specialties of black women. Through the research, it's expected to contribute to the increase of discussions related to racism and gender interconnected, to the development of other researches the investigate the theme in geographical science and for greater visibility to the Hip Hop and the black women inserted in this reality.

Key words: Racism; Gender; Black Women; Territory; Hip Hop.

LA CONSTRUCCIÓN DE TERRITORIOS POR MUJERES NEGRAS A TRAVÉS DEL HIP HOP: ENFOQUES TEÓRICOS

Resumen

Se ha demostrado que el racismo es perjudicial para la población negra y cuando se combina con los resultados de género en mujeres negras que tienen sus vidas condicionadas por estos factores (raza y género), construyendo el espacio geográfico y estableciendo territorios de manera diferente al resto de los grupos sociales. En este sentido, el presente ensayo teórico pretende explicar las potencialidades que tiene la Geografía en la investigación de la realidad experimentada por las mujeres negras, para eso utilizamos la categoría Territorio como guía del estudio y la cultura Hip Hop, específicamente el elemento rap, como Modo de observar y analizar la materialización de las mujeres negras en el espacio geográfico. Así, el tema de investigación son las mujeres negras, relacionándolas con el racismo, el género, el territorio y el hip hop. El hip hop es una cultura con un gran potencial para la lucha de estas mujeres negras por la equidad y necesitan explotarla para afirmar su identidad, denunciar las situaciones experimentadas y reclamar sus agendas. Además, las geografías feministas y de género tienen numerosas Contribuciones a la comprensión de las espacialidades de las mujeres negras. A través de esta investigación, se espera que contribuya al aumento de las discusiones relacionadas con el racismo y el género interconectado, al estímulo de otras investigaciones que investiguen este tema en la ciencia geográfica y aumente la visibilidad de lo Hip Hop y las mujeres negras que se insertan en esta realidad.

Palabras-clave: Racismo; Género; Mujeres Negras; Territorio; Hip hop.

Introdução

Racismo e gênero são fatores determinantes na vida da população negra e das mulheres, condicionando-as a vivenciar um cotidiano permeado por desigualdades e discriminações. Quando estes elementos são combinados – raça e gênero – se tornam ainda mais decisivos e atingem especificamente as mulheres negras.

A produção do espaço geográfico pelas mulheres negras se torna diferenciada dos outros grupos sociais, uma vez que elas têm menos oportunidades e possuem acesso a apenas determinados espaços devido à exclusão social e racial, deste modo, os territórios criados e vivenciados por elas são importantes para o entendimento de sua representatividade na sociedade. Nesse sentido, é fundamental compreender como as mulheres negras criam

territórios e afirmam sua identidade, lutando pela equidade social e contra as discriminações e desigualdades raciais e de gênero.

Desta forma, o presente ensaio teórico objetiva explicar a respeito das potencialidades que a Geografia possui na investigação da realidade vivenciada pelas mulheres negras, para tanto, utiliza-se a categoria território como norteadora do estudo e a cultura Hip Hop como forma de observar e de analisar a materialização das mulheres negras, uma vez que ela possui cinco elementos – DJ, MC, grafite, danças urbanas e consciência – que se manifestam espacialmente por meio da apropriação do espaço geográfico pela fala, música, dança e pintura e que podem ocorrer em eventos, intervenções e reuniões. É importante que as mulheres negras utilizem essa ferramenta a seu favor, participem ativamente e instituem territórios por meio da cultura.

Para compreender toda a conjuntura explicitada, o artigo está estruturado em cinco partes. A primeira parte discute a materialização do racismo na sociedade e sua influência nas relações sociais. A segunda apresenta uma discussão a respeito de gênero e do Feminismo Negro, especificamente sua relevância na reivindicação das pautas das mulheres negras e outros grupos sociais. A terceira parte discorre a respeito das Geografias Feministas e a Geografia de Gênero e das contribuições que possuem nos estudos relacionados às mulheres negras. A quarta aborda a categoria Território e como ela pode contribuir para o entendimento das relações raciais e de gênero, e a quinta parte discorre a respeito da cultura Hip Hop e da contribuição que possui na luta das mulheres negras por equidade.

Materialização do racismo na sociedade

Os dados a respeito da população negra brasileira demonstram a materialização do racismo e das desigualdades no país. De acordo com o Atlas da Violência de 2018 (IPEA; FBSP, 2018), no ano de 2016 a taxa de homicídio de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros, sendo 40,2% contra 16% e segundo dados de 2018 do Programa Prisional em Números, 64% do sistema carcerário brasileiro é composto pela população negra e 35% é formado pela população branca (CNMP, 2018). Deste modo, as estatísticas são alarmantes e apontam para a necessidade da discussão da questão racial.

O racismo é uma ideologia perversa que postula a hierarquia entre os grupos humanos, atualmente no Brasil as maiores vítimas de racismo são as(os) negras(os). Deste modo, ele está diretamente relacionado à cor da pele: “Há uma violenta carga emocional em

torno de sua cor. O negro vive em um mundo branco, criado à imagem do branco e basicamente dominado pelo branco” (SANT’ANA, 2005, p. 59).

O racismo é derivado do termo raça, que em Castelhana Antigo servia para designar defeito ou enfraquecimento. Não há um acordo quanto ao uso deste termo, porém existem sentidos e efeitos provocados por seu uso. Segundo Petruccelli (2013), ao longo da história o termo raça possuiu fundamento científico, no século XIX a concepção de raça se baseava na suposta existência de uma diversidade biológica inscrita no corpo. No século XX o termo foi erradicado do meio científico, porém já estava disseminado no meio popular, não abolindo completamente seu uso.

Petruccelli (2013) ainda destaca que atualmente há um consenso quanto a ineficácia do termo raça como conceito biológico e científico, porém há persistência de seu uso na realidade simbólica, permeando as relações sociais e classificando os indivíduos com base em suas características fenotípicas. O termo foi inventado para justificar as relações de dominação colonial, em particular a escravidão, e se caracteriza por ser uma categoria socialmente construída ao longo da história, a partir de marcas inscritas no corpo dos indivíduos – cor da pele, tipo de cabelo, estatura e forma do crânio. Nos dias atuais, a denominação raça passou por um processo de ressignificação e politização e é identificada como uma construção social estrutural e estruturante para se compreender o complexo quadro de discriminações e desigualdades no Brasil (GOMES, 2012).

De acordo com Sant’Ana (2005) o ponto de partida da discriminação racial foi o século XV, em que os não brancos (negros e indígenas) eram alvo dos colonizadores europeus racistas, que se julgavam superiores e dominavam os povos, destruindo sua cultura e impondo sua superioridade. Neste período, o termo raça era utilizado para justificar a violência, os colonizadores defendiam que estavam levando a civilização a raça de degenerados.

Sant’Ana (2005) aponta que o racismo se fortaleceu a partir da Idade Média, por meio da produção de justificativas que adquiriram forma de tratados e teses, e se consolidou no século XIX adquirindo caráter científico e baseando-se em teorias como a eugenia. Apesar da abolição do caráter científico, os ideais de superioridade ainda permeiam as sociedades atuais.

Gonzalez (1988) defende que o racismo possui duas faces diferentes, mas que visam o mesmo objetivo de exploração e opressão: o racismo aberto e o racismo disfarçado. O racismo aberto é comum nas sociedades de origem anglo-saxônica, germânica e holandesa,

acredita-se que a pessoa é negra se possui antepassados negros e por isso ela deve ser segregada. O racismo disfarçado ou racismo por degeneração, é forte na América Latina e postula teorias de miscigenação, assimilação e democracia racial. O segundo é mais eficaz e mais alienador que o primeiro, sendo que no Brasil é o dominante.

No Brasil o racismo é estrutural, institucional e ocorre de maneira velada. De acordo com Wieviorla (2007) o racismo institucional brasileiro é algo que mantém os negros em uma situação de inferioridade por mecanismo não percebidos socialmente. Esse racismo está presente no funcionamento da sociedade e nos mecanismos rotineiros, manifestando-se por meio da dominação e inferiorização das(os) negras(os) sem que ninguém tenha necessidade de o teorizar ou justificá-lo com base na ciência. O racismo acontece de forma camuflada como se ocorresse sem atores, em que o conjunto dos que dominam são exteriores a sua prática e ainda sim se beneficiam, sem causar suspeitas e provocando a naturalização das práticas racistas.

O racismo possui conceitos derivados e que podem ser identificados nas relações sociais que permeiam a sociedade, são eles o preconceito, a discriminação, discriminação racial e estereótipo. Preconceito é uma opinião preestabelecida, imposta pelo meio, época ou educação. Discriminação é a materialização do racismo, é uma conduta que viola os direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, como raça, idade e religião. Discriminação racial é qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na cor, etnia, raça ou origem. Estereótipo é um modelo, uma tendência a padronização (SANT'ANA, 2005).

Há uma ideologia de que as desigualdades sociais são motivadas apenas pela questão econômica, Silva (2000) destaca que isso é fortemente sustentado pela bandeira da falsa democracia racial, “[...] está arraigada no pensamento social brasileiro a ideia de que o pobre é o único responsável por sua posição social, assim como o negro à pobreza, remetendo ao injustiçado a responsabilidade pela própria posição” (SILVA, 2000, p. 111), ou seja, ideais baseados na meritocracia.

É fundamental que se entenda que as desigualdades socioeconômicas da população negra estão diretamente ligadas a cor da pele e a classe social, geralmente as(os) negras(os) se concentram entre as classes populares da sociedade e isso não é uma opção adotada por essa população, mas sim o resultado de um processo muito amplo relacionado ao racismo:

[...] desafio mais crítico para aqueles que lutam contra o racismo no Brasil está justamente em convencer a opinião pública do caráter sistemático e não-casual destas desigualdades; mostrar a sua reprodução cotidiana

através de empresas públicas e privadas, através de instituições da ordem pública como a polícia e os sistemas judiciário e correccional; através das instituições educacionais de saúde pública. Assim pode-se esperar levantar o véu centenário que encobre as dicotomias elite/povo, branco/negro na sociedade brasileira (GUIMARÃES, 1998, p. 43).

Neste sentido, uma das formas de lutar contra a exclusão social, segregação espacial, desigualdade socioeconômica e o racismo é se reconhecer enquanto negro(a) e resistir. A história da população negra é marcada por resistências e é fundamental a denúncia dos problemas e luta por seu fim. Além disso, é importante que a população branca reconheça seus privilégios na sociedade e não reproduza o racismo.

A Geografia possui contribuições na discussão do racismo. Essa ciência investiga o espaço geográfico e analisa criticamente a forma como as relações sociais entre os sujeitos se materializam espacialmente, compreendendo suas espacialidades, intencionalidades, tensões e contradições.

A medida que o racismo se materializa no espaço geográfico, ele ocorre enquanto um fenômeno que organiza as relações sociais e define as espacialidades das populações, neste contexto, a raça e a classe social são fatores determinantes na vida das pessoas, interferindo em suas trajetórias de vida e inserção na sociedade.

Deste modo a Geografia pode contribuir ao responder perguntas ou oferecer direcionamentos na discussão de questões como: Quais os lugares em que a população negra brasileira se concentra e por quê? Em quais condições vive? Por que recebe os menores salários e qual o impacto disso em sua qualidade de vida? Quais os interesses que permeiam a organização da sociedade baseada na classe, na raça e no gênero que segrega a população negra? É fundamental mostrar que a população negra está presente no Brasil, que contribui para o desenvolvimento do país, que resiste a todo o racismo e segregação que lhes são impostos e que é alvo de uma série de condicionantes que os marginalizam e acentuam as desigualdades socioeconômicas.

Faz-se importante destacar ainda, que o racismo se materializa no espaço geográfico de formas diferenciadas no que diz respeito aos homens negros e às mulheres negras, sobre estas incide além do racismo, a discriminação de gênero. Por serem negras já são alvo do racismo, da discriminação racial e do preconceito, contudo, quando se insere o gênero na discussão, as desigualdades entre mulheres negras e o restante da população torna-se ainda maior. Neste sentido, os territórios das mulheres negras são diferenciados dos demais grupos,

uma vez que a realidade vivenciada por elas é permeada por determinados fatores – raça, gênero e classe – que tornam suas espacialidades restritas a determinados territórios.

Neste sentido, uma discussão que articule gênero e raça é necessária e o feminismo negro tem se evidenciado como uma das formas de luta e resistência contra as desigualdades raciais e de gênero.

Feminismo Negro

O gênero é um fator determinante na trajetória de vida das mulheres e quando somado à raça torna-se ainda mais excludente, fato que aponta para a importância do debate relacionado às questões raciais e de gênero para minimização dos efeitos perversos na vida das mulheres negras.

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9), a icônica frase de Beauvoir define bem as discussões de gênero. Gênero é uma construção social em que o homem e a mulher são produtos moldados desde que nascem de acordo com o contexto e sociedade em que vivem. Deste modo, ninguém nasce mulher, torna-se mulher à medida que desde criança a mulher é ensinada a cuidar da casa, cuidar dos irmãos e em datas especiais ganhar presentes como utensílios infantis de cozinha, bonecas, carrinhos de bebê e ferros de passar, por exemplo. Quando faz algo que foge dos padrões estabelecidos é repreendida – “isso não é coisa de meninas”, “meninas devem ser comportadas”, “meninas são sensíveis” – frases que castram a mulher e a moldam de acordo com modelos tradicionais e convenções de mulher enquanto mãe e dona de casa.

Beauvoir (1970) aponta que a mulher é historicamente o Outro, ela nunca partilhou o mundo em igualdade de condições com o homem, esse mundo foi criado pelos homens ou pelo menos foram eles que levaram o crédito pela grande maioria das conquistas. Evidencia-se assim, a necessidade de que as mulheres assumam maior protagonismo e lutem por condições de equidade em relação aos homens.

Os dados brasileiros a respeito das desigualdades de gênero evidenciam a necessidade da luta contra a discrepância entre homens e mulheres e emergência do protagonismo feminino. De acordo com as Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, apesar das mulheres possuírem mais anos de estudo do que os homens, elas ainda ganham remuneração menor, os homens ganham em média R\$ 2.306,00 e as mulheres R\$ 1.764,00. Em 2017, apenas 10,5% dos assentos da Câmara dos Deputados eram ocupados por mulheres e no mundo, as mulheres ocupavam 23,6% dos

assentos. Em 2016, 37,8% dos cargos gerenciais eram de mulheres. Em relação ao tempo dedicado com cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos, em 2016 os homens gastavam em média 10,5 horas semanais enquanto as mulheres gastavam 18,1 horas semanais, cerca de 73% a mais que eles (IBGE, 2018).

A Tabela 01 apresenta as diferenças salariais entre homens e mulheres com os mesmos anos de estudo, segundo o Nexo Jornal em 2015. A partir dos dados representados, evidencia-se que conforme maior a escolaridade de homens e mulheres, maior é a diferença salarial entre os mesmos:

Tabela 01: Diferença salarial entre homens e mulheres com os mesmos anos de estudo

Anos de estudo	Homens	Mulheres	Diferença
Ensino fundamental incompleto	R\$ 1.153,00	R\$ 759,00	R\$ 394,00
Ensino fundamental completo	R\$ 1.417,00	R\$ 914,00	R\$ 503,00
Ensino médio completo	R\$ 1.950,00	R\$ 1.220,00	R\$ 730,00
Ensino superior completo	R\$ 5.916,00	R\$ 3.458,00	R\$ 2.458,00

Fonte: MENEZES; FREITAS, 2015;

Org.: os próprios autores.

Portanto, o movimento feminista representa um grande mecanismo de reivindicação do protagonismo feminino. Adichie (2014) acredita que feminista, é o homem ou a mulher que reconhece que há um problema de gênero e que é necessário resolvê-lo. A autora define: “Feminista: uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos” (ADICHIE, 2014, p. 40). O feminismo é alvo de grande preconceito e recebe duras críticas, muitas(os) não entendem o movimento e acreditam que as mulheres feministas odeiam homens, porém é o contrário, elas se importam com o cenário marcado pelas desigualdades de gênero e querem mudar essa situação, tornando a sociedade mais justa e com equidade. De acordo com Adichie (2014):

Perdemos muito tempo ensinando as meninas a se preocupar com o que os meninos pensam delas. Mas o oposto não acontece. Não ensinamos meninos a se preocupar em ser “benquistos”. Se, por um lado, perdemos muito tempo dizendo às meninas que elas não podem sentir raiva ou ser agressivas ou duras, por outro, elogiamos ou perdoamos meninos pelas mesmas razões [...] A questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos. E é assim que devemos começar: precisamos criar nossos filhos de uma maneira diferente (ADICHIE, 2014, p. 19-21).

Apesar de todas as lutas, resistências, debates e conquistas, assim como qualquer outra organização, o movimento feminista é atingido por um problema político, como destaca Butler (2003):

[...] há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo mulheres denote uma identidade – mesmo no plural – tornou-se um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade [...] Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Recusa que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2003, p. 20).

A autora aponta que não há uma base universal para o feminismo e uma estrutura universal ou hegemônica de um patriarcado universal. Infelizmente, ao longo de seu desenvolvimento o movimento feminista não abrangeu as mulheres negras em suas pautas e lutas, encarando a mulher como gênero universal e deixando de reconhecer outros condicionantes que as diferenciam como classe, raça, identidade e cultura.

A interseccionalidade é fundamental, Ribeiro (2017) destaca que o movimento deve abdicar de sua estrutura universal e considerar outras interseções, como a raça, orientação sexual e identidade de gênero. Carneiro (2003a) discute a necessidade de o feminismo politizar as desigualdades de gênero e considerar as especificidades de cada grupo, transformando as mulheres em novos sujeitos políticos que assumem os lugares que ocupam, por exemplo, as mulheres negras e indígenas possuem demandas específicas que não podem ser tratadas apenas sob a rubrica da questão de gênero. A autora utiliza a expressão “Enegrecer o feminismo” para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro.

É preciso, portanto, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, respeitando as especificidades. O racismo incide violentamente sobre a mulher negra, sendo fundamental que a discriminação racial, o preconceito e os estereótipos sejam considerados. Ribeiro (2017) critica a universalidade do feminismo e das políticas públicas:

Quando muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser

para todos. Mas quem são “todos” ou quantos cabem nesses “todos”? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, se impossibilita o avanço de modo mais profundo. Melhorar o índice de desenvolvimento humano de grupos vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, de um país. E, para tal, é preciso focar nessa realidade, ou como as feministas negras afirmam há muito: nomear. Se não se nomeia uma realidade sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível. A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto (RIBEIRO, 2017, p. 41).

Desta forma, as mulheres negras foram invisíveis por muito tempo no movimento feminista, que foi atingido por uma visão eurocêntrica e universalizante que não reconhece as diferenças existentes entre esse gênero. Porém há algum tempo, especificamente após a década de 1970, algumas autoras já denunciavam as situações vivenciadas pelas mulheres negras, nomes como Sojourner Truth, Ida Wells, Rosa Parks, bell hooks, Audre Lorde e Angela Davis merecem ser citados.

Considerando esse contexto marcado pela falta de consideração das especificidades das mulheres, cria-se o feminismo negro que “[...] tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2003b, p. 51). O feminismo negro é uma forma de luta e resistência que discute não só as desigualdades de gênero, mas também as implicações que o racismo e as desigualdades sociais possuem no aprofundamento das relações dissimétricas, que aumentam e consolidam a exclusão socioeconômica das mulheres negras.

As mulheres negras não enfrentaram a invisibilidade apenas no movimento feminista, mas também exigiram o reconhecimento dentro do próprio movimento negro brasileiro, reivindicando a inclusão em sua agenda da dimensão gênero como estruturante das desigualdades raciais e sociais. Esse processo tem resultado desde a década de 1980 na criação de diversas organizações de mulheres negras em nível nacional, a agenda feminista negra é composta de temas fundamentais que buscam romper com os efeitos do racismo e da discriminação racial e de gênero, as propostas giram em torno de temas como meios de comunicação, mercado de trabalho, violência e acesso à saúde, educação e moradia (CARNEIRO, 2003a). É importante destacar que o feminismo negro não luta apenas pelas mulheres negras, mas sim pela mudança na estrutura social, abrangendo desde as mulheres

brancas aos grupos LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais / transgêneros / travestis, queer, intersexuais e assexuais).

Um fator determinante para a interpretação do racismo e das mulheres negras é o sexismo, elemento muito discutido no feminismo negro. Gonzales (1984) afirma que a articulação do racismo com o sexismo produz efeitos violentos, especialmente sobre a mulher negra, há uma série de estigmas que a envolvem, sendo vista enquanto mãe, doméstica e mulata e associada a carnaval, prostituição e a corpo curvilíneo.

Para compreender a necessidade do feminismo negro basta analisar os dados brasileiros que combinam a intersecção entre cor e classe social. O Dossiê Violência Contra as Mulheres de 2016 aponta que em 2015 58,86% dos registros de violência doméstica referiam-se a mulheres negras de acordo com a Central de Atendimento à Mulher. Segundo o Ministério da Saúde em 2015, 53,6% das vítimas de mortalidade materna eram negras e em 2014, 65,9% das vítimas de violência obstétrica eram negras de acordo com Cadernos de Saúde Pública da Fiocruz (GALVÃO, 2016).

Segundo o Atlas da Violência de 2018, as mulheres negras têm duas vezes mais chances de serem assassinadas que as mulheres brancas, em 2016 a taxa de homicídios foi maior entre mulheres negras (5,3) que entre mulheres não negras (3,1), uma diferença de 71% (IPEA; FBSP, 2018). De acordo com o Mapa da Violência de 2015, entre 2003 e 2013 a taxa de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8% enquanto a taxa de homicídios de mulheres negras subiu 54,2% (WAISELFIZS, 2015).

Esse cenário demonstra como a combinação de raça, gênero e classe social expõe as mulheres negras em situações de maior vulnerabilidade e fragilidade social. As mulheres em geral, já são discriminadas por seu gênero, ocupando posições inferiores aos homens na sociedade, porém para a mulher negra essa situação se torna mais difícil, as oportunidades são ainda mais escassas evidenciando a necessidade do feminismo negro.

De acordo com Carneiro (2003a) a ação política das mulheres negras no Brasil tem promovido o reconhecimento: da visão universalizante de mulher; das diferenças intragênero; do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil; dos privilégios que as mulheres do grupo racial hegemônico possuem; da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras visando a equalização das oportunidades sociais; da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza; e da violência simbólica e a opressão que a branca, como

padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres negras. São avanços significativos na vida dessas mulheres e que apontam para a necessidade de mais luta e resistência constante para que se alcance a equidade de gênero.

As ciências humanas possuem diversas contribuições nos estudos de gênero e da questão racial. A Geografia, por exemplo, apresenta potencialidades que possibilitam pesquisas a respeito da organização do espaço geográfico enquanto produto das relações de gênero e raciais que fazem com que as mulheres negras possuam determinadas espacialidades, mobilidades e territórios devido aos condicionantes sociais que as influenciam.

As Geografias Feministas e de Gênero

Os estudos de gênero foram por muito tempo negligenciados na Geografia. Monk e Hanson (2016) apontam que apesar do feminismo ser uns dos maiores responsáveis por instigar uma transformação na atual sociedade marcada pelas desigualdades e merecer atenção nos estudos, as pesquisas geográficas não atribuíram grande atenção às questões relacionadas às mulheres.

O estudo de Monk e Hanson (2016) intitulado “Não excluam metade da humanidade da geografia humana”, foi um marco para a Geografia Feminista, em que as autoras destacam a importância dos estudos geográficos relacionados às mulheres para se compreender a sociedade. As mulheres também constroem e modificam o espaço geográfico e suas espacialidades são distintas das espacialidades dos homens. Portanto, é fundamental que a Geografia pesquise as temáticas feministas.

As autoras apontam que a Geografia, em sua maior parte, ignora os problemas femininos e isso pode ser explicado por razões como: o conhecimento é um construto social e a Geografia foi formada nos moldes positivistas e por homens, predominando assim, a visão masculina nos estudos; mesmo com o positivismo lógico tendo perdido força e o marxismo ganhar destaque defendendo a transformação social, pouco se preocuparam em abordar as mulheres; ao longo de seu desenvolvimento a Geografia reforçou o sexismo consolidando a inadequada especificação dos problemas pesquisados, a cegueira de gênero que ignora esse elemento nas pesquisas, a presunção dos papéis de gênero tradicionais e a negação da significância do gênero e das atividades empreendidas por mulheres (MONK; HANSON, 2016).

Silva (2009a) afirma que a ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, dificultando as espacialidades das mulheres, da população negra e dos grupos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. A razão dessa ausência de estudos que contemplem a diversidade é a legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da Geografia branca, masculina e heterossexual.

Neste sentido, é possível apontar dois caminhos alternativos para feminizar a Geografia:

Um deles é desenvolver uma sólida pesquisa feminista que se tornaria um fio entre muitos no espesso cordame da tradição geográfica. Nós apoiamos tal iniciativa como algo necessário, mas não suficiente. A segunda abordagem, pela qual optamos, é encorajar uma perspectiva feminista em todas as correntes da geografia humana. Desse modo, temas ligados às mulheres [...] seriam incorporados a todos os empreendimentos da pesquisa geográfica. Somente assim, acreditamos, a geografia poderá cumprir a promessa da profunda transformação social que seria acarretada pela eliminação do sexismo (MONK, HANSON, 2016, p. 32).

Apesar da invisibilidade das mulheres nas pesquisas geográficas, desde a década de 1980, mais significativamente após início do século XXI, os estudos relacionados às mulheres têm ganhado impulso na Geografia. Os estudos de gênero são geralmente realizados por geógrafas feministas – mas não apenas e não excluindo os homens – que pesquisam a organização espacial enquanto produto das relações de gênero e como essas relações influenciam na formação dos espaços, dos territórios e nas dinâmicas urbanas, por exemplo.

Silva (2009a) aponta que o projeto feminista da Geografia é ambicioso, porque vai além da complexidade teórica, possuindo um compromisso político com a transformação das estruturas de poder criadoras das diferenças de gênero, que atribuem às mulheres um status social inferior ao dos homens:

Isso demanda um trabalho que envolve desde relações cotidianas do espaço privado até relações sociais mais amplas, como o capital, o trabalho, a propriedade privada, o Estado e as religiões [...] O enfoque feminista envolvendo a concepção de gênero enquanto construção social de papéis a serem desempenhados por homens e mulheres permitiu às análises geográficas evidenciar que as características das relações de gênero variam de acordo com diferentes espaços e escalas. Assim, as áreas das geografias urbana, econômica e política foram campos férteis de desenvolvimento de estudos por parte das geógrafas feministas (SILVA, 2009a, p. 37).

Faz-se fundamental destacar, como ressalta Silva (2009b), que as Geografias feministas são influenciadas pelas teorias pós-coloniais, pós-estruturalistas e psicanalistas e

não estudam apenas as mulheres como categoria universal, as negras e indígenas também são contempladas e há ainda os estudos LGBTQIA+. Essas abordagens múltiplas fazem com que a nomenclatura Geografia feminista, seja substituída por Geografias feministas para representar a pluralidade científica e ideológica.

Reis (2015) aponta que as ciências sociais em suas pesquisas de gênero têm dado pouca importância às variações espaciais, assim a Geografia se mostra imprescindível ao realizar uma análise do tecido social e sua manifestação espacial:

Assim, o gênero deve ser considerado em duas perspectivas: como construção simbólica e como relação social material, que na realidade ambos os aspectos são inseparáveis. Em consequência, o propósito específico de uma geografia feminista é investigar e trazer à tona a relação entre as divisões de gênero e divisões espaciais, para descobrir como se constituem mutuamente, e mostrar os problemas ocultos trazendo sua aparente naturalidade. O propósito central é de examinar até que ponto os homens e as mulheres experimentam de forma diferente os lugares e os espaços, mostrando que tais diferenças formam parte da constituição social tanto do lugar quanto do gênero (REIS, 2015, p. 31).

A autora considera apenas a produção das mulheres, mas como já foi destacado, é importante contemplar os outros grupos sociais socialmente excluídos, a questão de gênero é mais abrangente, porém é possível realizar um recorte temático e assim não se tornaria incorreto considerar apenas as desigualdades entre homens e mulheres.

Em relação ao feminismo negro na Geografia, nos anos 1990 críticas foram formuladas denunciando a ausência de pesquisas geográficas realizadas por mulheres negras e homossexuais não brancos, além de outros grupos. Evidenciou-se a incapacidade teórica e metodológica da Geografia que provocou um grande debate epistemológico-metodológico apontando para a necessidade de abranger desses grupos (SILVA, 2009b).

Faz-se como essencial que as pesquisas geográficas contemplem não apenas as mulheres brancas, mas também amarelas, negras e indígenas, assim como a comunidade LGBTQIA+. Esses grupos também produzem o espaço e criam territórios, muitas vezes invisíveis a alguns, mas símbolo de resistência a outros. As dinâmicas espaciais geradas por esses grupos são fundamentais para compreender o espaço geográfico, sua estrutura social, formas e conteúdos.

A Geografia possui grandes potencialidades ao empreender estudos a respeito da mulher negra. Possibilita compreender onde estão essas mulheres, quem são e qual seu papel na produção do espaço. As mulheres experienciam espaços diferenciados dos homens e as

mulheres negras são ainda mais excluídas socialmente do que as brancas, pois sobre elas incide o racismo, o sexismo e o preconceito de gênero.

Compete a Geografia investigar como os elementos raça, classe e gênero atingem a vida das mulheres negras restringindo-as de vivenciar todo o espaço geográfico, destinando-as apenas determinados territórios – que influenciados pelas relações de poder são territórios excludentes – e efetivando que estabeleçam territorialidades distintas do restante da sociedade. Pesquisar a respeito de ferramentas que contribuam para a luta das mulheres por equidade e as empodere no estabelecimento de territorialidades específicas e afirmadoras é crucial e a cultura Hip Hop evidencia-se como uma destas ferramentas.

Acerca do conceito de território

Espaço e território não são termos equivalentes, de acordo com Raffestin (1993) o espaço é anterior ao território, o segundo se forma a partir do primeiro, sendo resultado de uma ação conduzida por um agente social que se apropria do espaço e o territorializa, ou seja, estabelece relações de poder:

Não se trata pois do “espaço”, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou território de um ator, desde que tomada numa relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Assim, o território é um subproduto da produção do espaço, se estabelece a partir da materialização da sociedade e pode se apresentar de duas formas, simbólico (apropriação) e funcional (dominação), nesse contexto, Haesbaert (2004) agrupa noções de território em três vertentes: política ou jurídico-política, em que as relações de espaço e poder são institucionalizadas, o território é visto como um espaço delimitado e controlado; cultural ou simbólico-cultural, prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva em que o território é visto como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação a um espaço vivido; e econômica, em que o território é uma fonte de recursos incorporados no debate entre classes sociais e na relação capital-trabalho. Haesbaert (2007) destaca ainda que desde sua origem, o território está ligado a ideia de poder.

O território é também formado por materialidade e imaterialidade que, de acordo Coca (2014), permitem compreender a diversidade territorial e a capacidade que as classes sociais possuem de se apropriar do território:

Os territórios imateriais formam e são formados pelos territórios materiais, possuindo com eles uma relação de indissociabilidade. Pelo fato de tomarmos por referência a conceituação dos territórios como formados pelas relações de poder, evidentemente não podemos deixar de indagar e considerar como o poder é gerado e como ele influencia a configuração dos espaços, constituindo os territórios, daí a importância da imaterialidade como uma dimensão territorial. São constituintes dos territórios imateriais os seguintes componentes do poder: conhecimento, estratégias, sonhos, intencionalidades, ideologias, perspectivas, debates, políticas, ações, discursos e outros [...] Ao agirem, os sujeitos que constituem os territórios possuem uma determinada perspectiva simbólica que se manifesta em pensamentos, teorias, conceitos e ideologias; as quais são de fundamental importância na configuração física do território, demarcando sua forma e seus limites (COCA, 2014, p. 102-103).

A materialidade do território se expressa nas formas, objetos e estruturas, já a imaterialidade é dada pelos símbolos que estão ligados a aspectos como o conhecimento, crenças, culturas, ideologias e discursos. Quando um grupo social institui um território, ele está sendo influenciado por uma série de condicionantes e intencionalidades.

Turra Neto (2015) aponta que o território seria um tipo particular de ação, uma prática espacial que articula materialidade e sujeitos sociais em relação. O autor estabelece algumas ações que constituem um território:

Constituem território aquelas ações para as quais a formação de espaço abrange certa materialidade em que se deve marcar e demarcar a diferença em relação a outros, negociar e impor sua presença e visibilidade em meio a formações espaciais outras, ou em meio a formação espacial hegemônica, que tenderia a apagar ou invisibilizar sua presença em relação, num certo lugar, onde se realiza um encontro negociado. Ou seja, aquelas ações para as quais a materialidade do espaço é um recurso para afirmação social, política, para expressão e realização da alteridade, dos seus desejos, pulsões, encontros, em que a apropriação de uma área (de forma efêmera ou permanente) joga um papel crucial nas interações sociais com os outros e que permite ao grupo afirmar-se. Ações que constituem limites/fronteiras comunicacionais, bem como jogos, mais ou menos cambiantes, entre dentro e fora, nós e outros (TURRA NETO, 2015, p. 56).

Desse modo, para que um território exista é preciso que relações sociais sejam estabelecidas com base em negociação, coexistência de forças e diversidades, disputa e diálogo. Essa construção do território realizada pelos indivíduos é expressa pela territorialidade, ou seja, a materialização/territorialização da sociedade no território. Raffestin (1993) acredita que a territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade ou da sociedade em geral.

Um elemento fundamental para compreender o território no presente artigo – o território das mulheres negras – é a identidade, os significados e símbolos que determinados grupos sociais atribuem ao território. A territorialidade das mulheres negras é construída à medida que se apropriam do território e estabelecem uma identidade com ele, sentindo que podem construir sua vida, relacionar-se e produzir territorialidades. Saquet (2005) ressalta que a identidade é produzida historicamente por relações identitárias, coletivas e grupais:

Há uma construção do território que produz identidade e, no nosso entendimento, uma construção da identidade que produz o território; este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de atores sociais. A própria territorialidade é construção, movimento, no tempo e no espaço [...]. Há uma relação íntima entre território e identidade, como há uma reciprocidade entre apropriação e produção territorial. São processos simultâneos, complementares, enfim, movimento. [...] De diferentes formas e intensidades, em diferentes lugares, constitui-se identidades, ligadas, interligadas. No lugar, há enraizamento e movimento simultaneamente, atores sociais que vivem, relacionam-se mutuamente, edificam formas e conteúdos, experienciam suas próprias vidas (SAQUET, 2005, p. 13872-13873).

Portanto, os grupos sociais desenvolvem identidades com determinados territórios de acordo com suas experiências e enraizamentos. No sentido de compreender a relação entre a questão racial e o território, Raffestin (1993) oferece caminhos. O autor defende que as diferenças raciais e étnicas servem para alimentar um preconceito útil à afirmação de um poder, sendo este preconceito político, econômico, social e cultural, objetiva-se assegurar o máximo de trunfos de poder para reforçar uma dominação baseada na superioridade triunfando sobre a inferioridade.

Raffestin (1993) aponta que numa sociedade multirracial ou multiétnica há um conjunto de dispositivos possíveis para que um grupo aumente seus trunfos em detrimento de outros grupos. Introduce-se assim, o conceito de discriminação que pode assumir várias formas, uma delas é a segregação socioespacial em que um grupo – denominado pelo autor de A e aqui entendido enquanto população branca – impõe ao outro grupo – B, aqui entendido como população negra – uma localização determinada, restringindo o acesso a outras partes do território. As relações de poder do grupo B tornam-se determinadas pelo grupo A. Há ainda a possibilidade do próprio grupo B impor a si um território para resistir a uma eventual perseguição do grupo A. Esta discriminação espacial vem acompanhada de outras medidas como restrição a serviços de saúde, segurança, educação, informação e comércio.

Como ressalta Raffestin (1993), esta discriminação espacial é marcada por relações de poder que institucionalizam territórios excludentes:

Quer se trate de uma discriminação institucionalizada ou não, é lícito dizer que nas relações reina a dissimetria, isto é, funciona completamente o processo de equalização do não-equivalente em proveito das organizações que impõem esse sistema. Nesse nível, há a convergência de todas as organizações cuja estratégia é quase idêntica: isolar e explorar os grupos dominados que manifestam diferenças, nas quais é encontrada a legitimação do poder exercido (RAFFESTIN, 1993, p. 136).

Deste modo, entende-se que a questão racial pode ser compreendida por meio da noção de território e de como as relações de poder se manifestam neste, grupos sociais com maior poder segregam outros grupos a determinados territórios, privando-os de o vivenciar em sua totalidade, evidenciando um processo de dominação e subordinação. Neste sentido, a segregação sócio-espacial causada por alguns agentes no território aprofunda as desigualdades raciais e socioeconômicas.

No que diz respeito à população negra, os territórios criados por ela são marcados pela luta contra a dominação e a subordinação. Deste modo, quando as(os) negras(os) estabelecem um território, estão quebrando uma ordem hegemônica e resistindo ao processo de segregação sócio-espacial. Na cultura Hip Hop – e nesta pesquisa especificamente no rap – os grupos criam territórios e por meio deste resistem e verbalizam todas as injustiças com as quais convivem diariamente.

Além disso, também criam uma identidade com o território, as batalhas de rima são realizadas em determinados locais, geralmente periferias, espaços que os grupos possuem maior vivência e conseqüentemente, identidade. Ao experienciar este território, os grupos reconhecem as relações de poder que os cercam e como estas podem excluí-los de condições básicas e dignas de vida.

Assim, por meio do rap denunciam essa situação, abordando temas como a desigualdade, a criminalidade, a repressão, o racismo e a falta de infraestrutura como forma de contraponto aos territórios hegemônicos e a ordem estabelecida.

Considerando as potencialidades do Hip Hop, as mulheres negras podem encontrar nessa cultura espaço para constituírem seus territórios e expressarem suas identidades por meio do rap, denunciando as desigualdades raciais e de gênero a que são submetidas diariamente, resistindo a segregação sócio-espacial e lutando pela equidade social.

Cultura Hip Hop

O Hip Hop é cultura criada nos guetos de Nova Iorque entre os anos de 1960 e 1970. Apesar de sua criação ocorrer nos Estados Unidos, o Hip Hop não é uma invenção propriamente estadunidense. Ele foi criado por Kool Herc, um DJ (disc jockey) jamaicano que após realizar diversas viagens entre o Caribe e a África do Sul e conhecer ritmos que se assemelhavam ao reggae, levou essa tradição aos guetos nova iorquinos, elaborando mixagens nas festas de quarteirão. Além de Kool Herc, há a influência de Grandmaster Flash e Afrika Bambaataa, ou seja, a cultura pode ser percebida a partir da influência de diversos grupos, como africanos, estadunidenses, jamaicanos, porto-riquenhos e outros jovens latinos (MACHADO, 2012).

Os guetos de Nova Iorque enfrentavam diversos problemas sociais como pobreza, violência, tráfico de drogas, fome, racismo e ausência de direitos básicos como infraestrutura, moradia, educação e segurança. Assim, o Hip Hop foi criado como forma de denúncia e reivindicação (MACHADO, 2012). A cultura possibilitou as classes menos favorecidas – em sua maioria negras(os) – terem voz, se afirmarem enquanto negras(os) e resistirem às desigualdades socioeconômicas e à exclusão social se expressando por meio da música, dança e pintura.

No Brasil, o Hip Hop ganhou força na década de 1980 por meio dos bailes *blacks* realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo, com maior expressividade na segunda cidade. O termo Hip Hop pode ser definido como movimentar os quadris (hip) e saltar (hop). Ele possui originalmente quatro elementos: MC (mestre de cerimônia) e DJ que resultam na música – o rap –, grafite e danças urbanas. Em relação ao elemento danças urbanas, diversas autoras(es) como Matsunaga (2006), Santos (2013) e Souza (2005) denominam este elemento de Break, porém consideramos que a denominação restringe o elemento, uma vez que Break é um ritmo de dança. Neste sentido, a denominação danças urbanas é mais abrangente e contempla outros ritmos que também são incorporados no Hip Hop, como Locking, Popping, House e Freestyle, por exemplo.

Além dos quatro elementos, nos últimos anos como destaca Souza (2005) ocorreu a introdução de um quinto:

O que hoje é denominado Hip Hop, no Brasil, constitui-se de cinco elementos: O DJ, o rap, o Break, o grafite e a consciência. Originalmente, somente o break, o grafite e o rap (que englobava o DJ e o MC) eram denominados como elementos constituintes do Hip-Hop. Até hoje, muitos de seus praticantes nomeiam quatro elementos, acrescentando a

essas três iniciais o desdobramento do DJ. O quinto elemento, a consciência, começou a ser evocado a pouquíssimo tempo e nem sempre é mencionado quando se descreve o Hip-Hop. A inserção desse quinto elemento pode ser analisada como uma ideologização dessas manifestações artísticas, ao mesmo tempo em que também é um modo de um determinado grupo delimitar e tomar posse como guardião e praticante do “verdadeiro Hip Hop” (SOUZA, 2005, p. 23).

As danças urbanas representam a arte no Hip Hop. Há uma ocupação simbólica do espaço geográfico realizada pelas(os) dançarinas(os) por meio da dança e de seu corpo. Os movimentos e gestos podem ser cadenciados, lentos, rápidos, quebrados, robóticos ou milimétricos, variando de acordo com o ritmo e objetivo (XAVIER, 2005). As(os) dançarinas(os) experienciam a cidade a sua maneira, se apropriam dos espaços públicos e reafirmam suas existências, seu direito aos espaços e suas reivindicações por meio do corpo (SANTOS, 2013).

O grafite representa a pintura, é a expressão plástica com desenhos e letras acerca de diferentes assuntos feita com spray e outros materiais como rolinho e pinceis em muros e paredes. Pode ser denominado de Grafite ou Graffiti que significa “marca ou inscrição feita em um muro” (MACHADO, 2012). Os grafites geralmente possuem a intenção de chamar a atenção do público para problemas como uso de drogas e armas ou situações do cotidiano dos sujeitos do Hip Hop (MATSUNAGA, 2006).

A consciência, elemento adotado pela cultura há pouco tempo, representa o conhecimento e sabedoria. É importante no sentido de que as(os) praticantes do Hip Hop se reconhecem enquanto sujeitos do conhecimento, cidadãos com consciência de classe e que por meio dos outros elementos podem ensinar, sensibilizar e provocar reflexões a respeito das desigualdades existentes na sociedade.

A(o) DJ é a(o) operadora(or) do toca discos que faz as bases e colagens rítmicas em que se articulam os outros elementos. A(o) MC é a(o) mestre de cerimônias, porta-voz do grupo que relata por meio de rimas os problemas, demandas e experiências das comunidades e da cultura. Tem também a função de animar as reuniões (MACHADO, 2012). Juntas(os), DJ e MC resultam no elemento rap.

O rap representa a música no Hip Hop, significa “*rhythm and poetry*”, ou seja, ritmo e poesia. Por meio dos conteúdos das letras, o rapper afirma sua importância política, denunciando um cotidiano de sobrevivência difícil marcada pelas desigualdades existentes na cidade por meio da articulação da crítica social com a poesia e o ritmo da música, mobilizando pessoas que se identificam com os problemas relatados (XAVIER, 2005).

Considerando o rap enquanto um elemento que denuncia as desigualdades socioeconômicas, o racismo, a segregação urbana e o direito à cidade e à expressão, ele está diretamente ligado com a Geografia, assim como a cultura Hip Hop, se manifestando espacialmente por meio dos territórios, identidade, afirmação do lugar, segregação urbana e direito à cidade. Ele tem a linguagem do cotidiano, expressa a ligação com o lugar e as identidades presentes no território. Busca a valorização de seu território, apontando sua importância, ao mesmo tempo em que reivindica sua melhoria, denunciando as injustiças e a má gestão que segregam socioespacialmente a população mais pobre destinando-as locais desprovidos de infraestrutura básica. Os grupos se apropriam deste território, mesmo com suas carências e o transformam em espaço de resistência, ação política, cultura e educação, criando uma identidade territorial.

Com todas as potencialidades que seus elementos apresentam, a cultura Hip Hop se evidencia como uma importante ferramenta que pode ser utilizada pelas mulheres negras para a luta contra as desigualdades de gênero, raciais e sociais. Como em outros espaços, o Hip Hop ainda apresenta predominância masculina e discursos machistas que precisam ser desconstruídos. Seu principal objetivo é resistir e denunciar as desigualdades socioeconômicas e o racismo na sociedade, assim, as mulheres negras devem se inserir nessa luta, reivindicar suas demandas e expor suas ideias, como a equidade por exemplo, desconstruindo discursos e empoderando companheiras. Sob elas recai o preconceito de gênero, sexual, de classe e racial, sendo fundamental que ocupem esses espaços, empoderando-se e estimulando a presença de outras mulheres.

Portanto, a temática do Hip Hop tem importância para a Geografia à medida que se materializam espacialmente, alterando o arranjo espacial e construindo territórios. A cultura contribui para a afirmação da população negra, imprimindo suas marcas no espaço geográfico e denunciando as desigualdades socioeconômicas, o racismo e a segregação espacial. Interessa à ciência geográfica o arranjo espacial e o rap está diretamente ligado a este, alterando e criando dinâmicas.

A presença das mulheres no rap tem aumentado nos últimos anos e é fundamental que a Geografia investigue essa questão, uma vez que o território das mulheres negras é diferente do território dos homens à medida que estes possuem maior predominância na cultura, maior representatividade e desta maneira conseguem estabelecer mais territórios consolidados, enquanto as mulheres negras devido às desigualdades raciais e de gênero que permeia a sociedade e o rap, possuem maiores barreiras para se consolidarem como rappers

e constituírem territórios. A partir da construção e afirmação dos territórios das mulheres negras no rap, elas podem se apropriar da cultura e por meio dela reivindicar suas necessidades, afirmar suas identidades e expor seus discursos.

Conclusões

Ao fim deste artigo são evidentes as desigualdades raciais e de gênero vivenciada cotidianamente pela população negra, pelas mulheres em geral e, especificamente, pelas mulheres negras. O racismo está presente nas diversas instituições da sociedade subordinando o povo negro a conviver em situações de exclusão sócio-espacial e quando somados, gênero e raça, colocam a mulher negra em posição ainda mais dissemelhante do restante da população brasileira.

Uma vez que o racismo e a questão de gênero se manifestam espacialmente, as mulheres negras experienciam espaços diferenciados dos outros grupos e neste sentido, território se caracteriza como uma categoria extremamente pertinente para a compreensão da temática, ele está diretamente relacionado a materialização, poder, identidade e empoderamento, possuindo potencialidades no entendimento da realidade das mulheres negras. Além disso, as Geografias Feministas e a Geografia de Gênero são correntes que se evidenciam no estudo das mulheres e oferecem contribuições para a pesquisa.

Refletindo em territórios em que as mulheres negras podem se expressar e expor suas pautas e demandas, há a cultura Hip Hop que tem em sua gênese a crítica social aos problemas vivenciados como principal característica. A partir da criação de territórios nos mais diversos âmbitos da sociedade, as mulheres negras se materializam no espaço geográfico e mostram que também possuem direito à instituição de territórios – revelando a dimensão funcional deste – e a terem voz e lugar de fala – estabelecendo um território simbólico. Com o estabelecimento de territórios, elas inspiram outras mulheres e as incentivam a participarem da luta pela equidade, empoderando-se individualmente e coletivamente.

É fundamental destacar que os estudos geográficos relacionados às mulheres negras precisam ocorrer também em outros âmbitos, investigando sua realidade em locais como centros urbanos, instituições – por exemplo, mercado de trabalho e escolas – e no meio rural, estes espaços são permeados por diversas desigualdades e, certamente, a racial e a de gênero estão presentes. Além disso, os trabalhos devem pesquisar a realidade de outros grupos como mulheres não-negras e LGBTQIA+.

Portando, espera-se que o presente artigo fomente debates relacionados à questão racial e de gênero, estimule a elaboração de trabalhos geográficos que investiguem as temáticas e proporcione maior visibilidade para as mulheres negras, ainda há um estigma em torno da cultura Hip Hop e é fundamental entender que ela possibilita à jovens se expressarem e lutarem pela garantia e manutenção de seus direitos.

Referências

- ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003a.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASAKA Empreendedores sociais; TAKANO Cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003b.
- CNMP. **Sistema Prisional em Números**. 2018. Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- COCA, E. L. F.. Uma revisão sobre o conceito/categoria de território. **Revista de Geografia (UFPE)**, Recife, v. 31, n. 3, p. 96-112, 2014.
- GALVÃO, A. P. **Dossiê violência contra as mulheres**. 2016. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/violencias/violencia-e-racismo/#por-que-abordar-a-questao-racial>>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- GOMES, N. L. Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012.
- GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.
- GONZALES, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- GUIMARÃES, A. S. Preconceito e discriminação: queixas e ofensas no tratamento desigual dos negros no Brasil. Salvador: Novos Toques, 1998.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.
- IBGE, I. B. G. E. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2018. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/9d6f4faeda1f1fb7532be7a9240cc233.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

IPEA; FBSP. **Atlas da Violência 2018**. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MACHADO, C. G. R. **O ensino de Geografia e o hip hop**. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MATSUNAGA, P. S. **Mulheres no hip hop: identidades e representações**. 2006. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MENEZES, M.; FREITAS, W. **A renda de mulheres e homens conforme a escolaridade**. 2015. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/interativo/2015/11/30/A-renda-de-mulheres-e-homens-conforme-a-escolaridade>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MONK, J.; HANSON, S. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Org.). **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016, p. 31-54.

PETRUCCELLI, J. L. Raça, identidade e identificação: abordagem histórico conceitual. In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. **Características étnico-raciais da população: classificações e identidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013, p. 13-29.

RAFFESTIN, C. **Por um Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, M. L. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista na produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala**. 1ed. Belo Horizonte: Letramento / Justificando, 2017.

SANT' ANA, A. O. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-67.

SANTOS, L. H. **As letras de rap do movimento hip-hop como desdobramento do processo de segregação sócioespacial: antigamente quilombos, hoje periferia**. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 2013.

SAQUET, M. A. Território e identidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 13869-13881.

SILVA, J. M. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, J. M. (Org.). **Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1 ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009a. p. 25-54.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: _____ (Org.). **Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1 ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b. p. 93-114.

SILVA, M. N. O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe?. **Meditações**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 99-124, jul./dez. 2000.

SOUZA, A. R. M. **A favela de influência: uma análise das práticas discursivas dos Racionais MCs**. 2004. 315 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

TURRA NETO, N. Espaço e lugar no debate sobre território. **Geograficidade**, Niterói, v. 5, n. 1, p. 52-59, dez./mar. 2015.

WAISELFIQS, J. J. **Mapa da violência 2015:** homicídio de mulheres no Brasil. 2015. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

WIEVIORLA, M. **O racismo, uma introdução.** 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

XAVIER, D. P. **Repensando a periferia no período popular da história:** o uso do território pelo Hip Hop. 2005. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

Sobre os autores – Informações prestadas pelos autores

Ana Carolina dos Santos Marques

Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Ensino de Geografia pela mesma instituição. Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - Campus de Presidente Prudente (FCT/UNESP).

Ricardo Lopes Fonseca

Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre e Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Docente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina.

Como citar esse artigo

MARQUES, Ana Carolina dos Santos; FONSECA, Ricardo Lopes. A construção de territórios por mulheres negras por meio do Hip Hop: aproximações teóricas. **Revista Geografia em Atos (Geo Atos online)** - Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade”- v. 1, n. 16, p. 20-44, mar, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7286

Recebido em: 27-07-2019

Aceito em: 25-01-2020